



## **Portas Fechadas, a Juventude Marginal Procura uma Saída<sup>1</sup>**

Renan Colombo<sup>2</sup>

Universidade Positivo (UP)

### **Resumo**

O livro-reportagem "Portas Fechadas – a Juventude Marginal Procura uma Saída" foi produzido como Trabalho de Conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Positivo. O livro conta a história de três adolescentes paranaenses que estiveram privados de liberdade entre 2007 e 2008. Além de entrevistar os jovens durante o período de internação, o livro registra a continuidade de suas vidas após o retorno à liberdade, identificando o rumo tomado por cada um. Transversalmente, o trabalho discute as condições sociais da juventude brasileira e as propostas de redução da maioridade penal. O trabalho foi acompanhado de uma pesquisa teórica, que discorreu sobre as relações de violência das grandes cidades, o tratamento dado ao tema pela reportagem policial e o livro-reportagem como meio de transformação social.

**Palavras-chave:** Jovens em conflito com a lei; Jornalismo policial; Livro-reportagem; Maioridade penal.

### **1 Introdução**

A cobertura jornalística de temas ligados à infância e adolescência apresenta contínuo crescimento nesta década. Entre 1996 e 2004, segundo monitoramento da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), o número de matérias relacionadas a crianças e adolescentes veiculadas por 45 jornais brasileiros, que compõem o universo pesquisado, cresceu 1.148,74% (ANDI, 2005, p. 5). Também é regular o aumento das notícias que tratam especificamente de casos de violência envolvendo crianças e adolescentes, seja como agentes ou como vítimas. O estudo aponta que, entre 2002 e 2004, o volume de matérias com esse perfil apresentou crescimentos anuais de 9,17% e 17,24%, respectivamente (ANDI, 2005, p. 5).

O que pode ser inicialmente avaliado como um avanço da imprensa no trato de questões infanto-juvenil, entretanto, precisa ser esmiuçado e visto com cuidado. Concomitantemente com o crescimento da cobertura noticiosa de crianças e adolescentes, revela-se a falta de qualidade e profundidade dos textos que abordam essa temática, em especial na cobertura da violência.

É característica de grande parte das abordagens sobre o assunto a falta de contextualização do fato, a consulta exclusiva a fontes oficiais e a ausência de propostas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Expocom, na Categoria Jornalismo, Modalidade Livro-reportagem (avulso), do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Positivo (UP) (2008). Atualmente é acadêmico de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: [renancolombo@yahoo.com.br](mailto:renancolombo@yahoo.com.br)



para solucionar os problemas apresentados, conforme atesta estudo da Andi dedicado exclusivamente a analisar a cobertura jornalística da violência infanto-juvenil.

Nessas reportagens constata-se a ausência do histórico, o “pré” da causa – que ajuda a explicar os motivos da violência –, e o “pós” da solução. Raramente é cobrada a presença do Poder Público ou denunciada a ausência de Políticas Públicas<sup>3</sup>. O fato violento é visto como descrição de delito, desfocado da conflitualidade que o engendrou (ANDI, 2001, p.10).

No Rio Grande do Sul, a pesquisadora Carmen Silveira de Oliveira, da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), evidenciou esse comportamento ao analisar as fontes noticiosas presentes na cobertura da criminalidade juvenil dos dois jornais de maior circulação em Porto Alegre – “Correio do Povo” e “Zero Hora” – e diagnosticar que “a fonte privilegiada ainda são os boletins de ocorrência das delegacias. (...) Raras vezes é apresentada uma trajetória do sujeito, naquilo que antecede ou sucede ao delito” (OLIVEIRA, 2003, p. 3 e 4). Por isso, a pesquisadora assim conclui:

Sem uma contextualização das reportagens, vários aspectos ficam desconhecidos para a maioria da população, como, por exemplo, o fato de que metade dos jovens que cumprem medida de privação de liberdade no RS não trabalhava e não freqüentava escola antes da internação (OLIVEIRA, 2003, p. 6).

Os reflexos desse trabalho superficial e descontextualizado são encontrados no posicionamento de representativa parcela da sociedade em favor do endurecimento do tratamento dispensado aos indivíduos infratores da lei. Uma pesquisa popular realizada pelo Senado Federal aponta que 30% dos entrevistados consideram a impunidade a principal causa da criminalidade. A ausência do Estado, por outro lado, é apontada como geradora desse processo por apenas 8% dos entrevistados (DATASENADO, 2007).

Enquanto para indivíduos maiores de 18 anos o endurecimento das penalidades é defendido por meio da adoção de prisão perpétua, presente em 75% das respostas, para jovens penalmente inimputáveis (isto é, menores de 18 anos) a medida majoritariamente

---

<sup>3</sup> De acordo com a Andi, o termo Políticas Públicas equivale a um “conjunto de diretrizes garantidas por lei, que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão. É importante que se diferenciem os termos ‘público’ (que atende a toda a população) e ‘governamental’ (promovidos pelos diversos órgãos do governo). Numa sociedade verdadeiramente democrática, a sociedade civil participa ativamente da definição e, principalmente, do acompanhamento da implantação das políticas públicas” (ANDI, 2008).



sugerida é a redução da maioria penal, indicada por 87% das pessoas ouvidas (Idem).

A última alternativa é, inclusive, uma proposta com reais chances de ser efetivada, já que está atualmente em discussão no Senado Federal um substitutivo de lei de autoria do senador Demóstenes Torres (DEM/GO), que reúne diversas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que propõem reduzir o limite de inimizabilidade penal de 18 para 16 anos.

Diante disso, o presente trabalho se propôs a discutir a violência juvenil por meio de um livro-reportagem com o perfil de três adolescentes que cumpriram medida socioeducativa<sup>4</sup> no Paraná. Os jovens escolhidos se encontravam, no primeiro semestre de 2008, privados de liberdade nos Centros de Socioeducação (Cense) Fazenda Rio Grande, em município paranaense homônimo; Joana Miguel Richa, em Curitiba/PR; e São Francisco, em Piraquara/PR. Naquele momento, cerca de 900 adolescentes estavam privados de liberdade no Paraná.

Dessa forma, buscou-se transmitir ao leitor do trabalho um olhar mais crítico e contextualizado sobre a ocorrência de fenômenos de violência entre adolescentes brasileiros, em contraposição às falhas identificadas no trabalho de grande parte da imprensa.

## **2 Justificativa**

A cobertura pouco aprofundada e construída com reduzida variedade de fontes, já diagnosticada, contribui para a formação de um ambiente de discussão pouco democrático, em que não há participação efetiva de sujeitos diretamente envolvidos no debate, como são os jovens em conflito com a lei quando se fala da violência e, em especial, da proposta de redução da maioria penal.

No entendimento de Ciro Marcondes Filho, o perigo principal de abordagens reducionistas e pouco contextualizadas está no fato de que elas acabam por distorcer e mistificar o processo informativo sobre o tema retratado.

---

<sup>4</sup> Medidas socioeducativas são as penalidades estabelecidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) para jovens com idade inferior a 18 anos que cometeram delitos. Nos casos mais graves, de “ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa” (Brasil, 1990, Art. 121), a medida indicada é a privação de liberdade. Com vistas de garantir a reinserção social dos infratores, o ECA estabelece que a medida, por meio dos Centros de Socioeducação (Censes), seja cumprida em meio a atividades pedagógicas, como escolarização e profissionalização, além de ações culturais, esportivas e de lazer (Idem, Art. 124).



A máquina informativa tem processos que são detonados por jornalistas – associados aos seus próprios vícios (clichês) e visões de mundo parciais e preconceituosas –, produz, ela mesma, a desinformação através de diversos procedimentos de intoxicação com informação e, além disso, dá margem a processos livres, incontroláveis, indaministráveis de mistificação e desinformação. (...) Jornalistas dão sua contribuição à desinformação quando se usam de termos indevidos, tendenciosamente minimizadores dos problemas ou exageradores de sua periculosidade (MARCONDES FILHO, 2000, p. 113).

Na iminência de se tornar lei e padecendo desse olhar quase uniforme dos meios de comunicação, a proposta de redução da maioria penal, para que se torne objeto de uma discussão aprofundada, diferente do que por ora se vê, carece de novos tratamentos da imprensa, que vão além das fontes e da abordagem convencional. O livro-reportagem aqui apresentado colocou-se como uma ferramenta bastante apropriada para ampliar essa discussão, não apenas pelo direcionamento de sua cobertura, mas também por suas características enquanto veículo, conforme esclarece Edvaldo Pereira Lima:

Endentando a reportagem como a ampliação da notícia, a horizontalização do relato – no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes – e também sua verticalização – no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis –, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro dos meios de comunicação jornalística periódicos (LIMA, 2004, p. 26).

Assim, ao romper com as limitações e vícios frequentes do jornalismo de periodicidade regular, este trabalho empreendeu tentativa de contribuir com a construção de um debate mais amplo e democrático sobre a violência e a proposta de redução da maioria penal – capacidade avalizada por Eugênio Bucci, desde que observada uma cobertura cuidadosa:

O jornalismo que toma por objeto realidades normalmente envoltas em preconceitos – a criminalidade e a sexualidade, por exemplo – pode muito bem ter um efeito educativo, que contribui para a consciência dos direitos e do respeito às diferenças. O mau gosto não está no assunto nem na linguagem, (...) está na orientação da cobertura (BUCCI, 2000, p.154).



Além da contribuição à sociedade, o livro-reportagem foi importante por se tornar um elemento de reflexão para os jornalistas que cobrem a violência juvenil, dada a cobertura diferenciada que propôs. O produto também se justificou por ser uma importante ferramenta de aprendizado do pensar e do fazer jornalístico. O enriquecimento acadêmico propiciado pela produção desse tipo de trabalho foi objeto de estudo das pesquisadoras Daniella de Almeida Santos e Eliane Freire de Oliveira, da Universidade de Taubaté, que, após analisarem diversos projetos de formandos daquela escola de Jornalismo, chegaram ao seguinte diagnóstico:

A escolha pelo livro-reportagem por parte dos alunos possibilita um exercício de cidadania frente aos desafios e responsabilidades de sua profissão, no que tange à contribuição para a sociedade, à formação do bem comum e à consciência de seu papel na sociedade. (...) Por meio da reportagem e do aprendizado da pauta especializada, do texto interpretativo, da investigação e da edição do livro-reportagem, os alunos têm a oportunidade de aprofundar e experimentar, em alguns casos, os maiores desafios até então propostos durante a graduação (SANTOS E OLIVEIRA, 2004, p. 3).

Como os jovens entrevistados se encontravam, no primeiro momento da investigação de campo, em privação de liberdade, a construção do livro também se mostrou relevante em outros dois sentidos: assegurou o direito à comunicabilidade dos internos, previsto no ECA<sup>5</sup>, e permitiu que o público recebesse informações às quais não tinha acesso. Esta é, inclusive, uma das funções primordiais atribuídas por Nilson Lage ao ofício do repórter: “O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante” (LAGE, 2004, p. 23).

É importante acrescentar que a motivação para a produção deste trabalho teve, em boa medida, raiz na experiência do autor junto ao projeto “Luz, Câmera... Paz! nas Unidades”, desenvolvido pela Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, de Curitiba/PR. Entre março e dezembro de 2007, a ONG promoveu com jovens dos três Censes citados oficinas para a elaboração de vídeos e jornais, produzidos pelos internos e ilustrados com assuntos comuns ao seu universo.

---

<sup>5</sup> “São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes (...) XIII – ter acesso aos meios de comunicação social [...] § 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade” (BRASIL, 1990, Art. 124).



Participando ora como observador ora como repórter, o autor conheceu aspectos diversos da realidade dos adolescentes, como breves históricos familiares, relatos de suas condições socioeconômicas e opiniões acerca de diversos temas que permeiam suas vidas.

Entretanto, não foi possível obter, nem junto aos jovens e tampouco com os diretores dos Censes, uma informação em especial: o que acontece com os internos depois do término da medida socioeducativa? Os jovens, logicamente, eram incapazes de oferecer tal informação porque ainda não haviam retornado ao convívio social; os diretores das unidades, por sua vez, não dispunham da informação uma vez que o Estado começou a acompanhar os adolescentes após a conclusão de seu internamento apenas em 2007.

O mesmo diagnóstico foi feito pelo jornalista José Carlos Fernandes em reportagem publicada pelo periódico “Gazeta do Povo” em novembro de 2007, com o seguinte parágrafo inicial:

Vai ser preciso fazer das tripas coração para saber a porcentagem de adolescentes que passam pelas unidades de ressocialização e que deságuam nas prisões, depois de completar 18 anos. Para chegar a esse dado, educandários e afins teriam de passar por uma reviravolta nas suas práticas de armazenamento de informações e de acompanhamento de egressos (FERNANDES, 2007, p. 15).

Ficou claro, portanto, dadas as limitações do Estado na assistência a egressos dos Centros de Socioeducação, que era preciso uma investigação de campo para obter essa informação, sendo o livro-reportagem, pelas características expostas, uma ferramenta bastante apropriada para a tarefa.

### **3 Objetivos**



Apresentar à sociedade, por meio da produção de um livro-reportagem, uma perspectiva do fenômeno da violência entre jovens a partir das opiniões e biografias de adolescentes que cometeram atos infracionais<sup>6</sup> no Paraná.

Oportunizar a expressão de idéias, sentimentos e opiniões de jovens em privação de liberdade.

Acompanhar o desenvolvimento da vida desses jovens após o término da medida socioeducativa.

Identificar o comportamento do Estado ante sua obrigação de garantir o cumprimento dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Diagnosticar a possível ausência e fomentar a discussão sobre a importância de Políticas Públicas para a juventude.

Contribuir com o debate sobre a proposta legislativa de redução da maioria penal expondo a visão de jovens em conflito com a lei sobre o tema.

#### **4 Métodos Empregados**

Para a produção de um livro-reportagem, Cremilda Medina, em depoimento a Lima, propõe três aspectos a serem considerados: um técnico, “abarcando o conjunto de instrumentos de que se vale para a produção da mensagem”; um estético, “a arquitetura dos elementos que lhe dão expressão”; e, finalmente, um ético, “a natureza da sua visão de mundo, focando a realidade” (LIMA, 2004, p. 319). É a partir dessa sugestão de classificação que o produto desenvolvido foi planejado.

O aspecto técnico foi composto por ferramentas de apuração e pelo emprego da linguagem. Começando por esta, Lima entende que a construção textual do livro-reportagem precisa conter elementos que, além das técnicas de redação tradicionais, garantam ao leitor fluência e agradabilidade na leitura: “O texto deve fluir com naturalidade, transitar suavemente de uma passagem a outra. Deve ter ritmo, cadência, um pulsar característico, que se altera de vez em quando exatamente para combater o ruído da dispersão” (Idem).

É por isso que a redação de livros-reportagem precisa se constituir da soma constante de recursos às técnicas de construção do discurso jornalístico:

A redundância – pela inserção do mesmo dado, mas de modo diferente a cada vez, ao longo do texto –, a colocação inesperada de dados

---

<sup>6</sup> De acordo com o estudo “Balas Perdidas”, da Andi, ato infracional é todo “ato condenável, de desrespeito à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças e adolescentes. (...) No caso de maior de 18 anos, o termo adotado é crime ou delito” (ANDI, 2001, p. 47).



novos ou a reordenação criativa de dados conhecidos são recursos de que se pode utilizar para construir a narrativa fluente. Em outras palavras, há necessidade de uma alternância no emprego dos instrumentos disponíveis tanto à elaboração do texto em si quanto à estruturação, montagem das partes que o compõem. Sem o emprego bem-dosado de elementos extraídos dessa bateria de recursos, dificilmente a fluidez existirá no livro-reportagem (Ibidem).

Lima vislumbra ainda outros caminhos para a concretização dessa proposta de linguagem, como o que se segue. “A saída para a renovação estilística do jornalismo, para sua renovação como força capaz de comunicar e permanecer, pelo menos no caso da grande-reportagem, transita pela aproximação às formas narrativas das artes” (Ibidem, p. 138).

Entre essas aproximações, uma das mais agudas e marcantes foi protagonizada pelo movimento conhecido como Novo Jornalismo (*New Journalism*), datado dos anos 1960, nos Estados Unidos. Formado por escritores oriundos da imprensa convencional, o movimento se caracterizou pela publicação de grandes reportagens, muitas em formato de livros-reportagem, dotadas de inúmeros recursos literários, como esclarece Tom Wolfe, um dos representantes da corrente:

O que me interessava não era simplesmente a descoberta da possibilidade de escrever não-ficção apurada com técnicas em geral associadas ao romance e ao conto. Era isso – e mais. Era a descoberta de que é possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto... para excitar tanto intelectual como mentalmente o leitor (WOLFE, 2005, p. 28).

Dos recursos utilizados pelo grupo de jornalistas, Wolfe destaca quatro: a construção cena a cena, o diálogo, o detalhamento do status de vida e o ponto de vista (Idem). Todos foram, em alguma medida, empregados no trabalho.

Quanto às ferramentas de apuração, a mais importante foi a entrevista. Ante as particularidades do produto desenvolvido, que se propôs a perfilar três jovens em privação de liberdade, considerou-se uma subdivisão de entrevistas feita por Medina e, a





partir dela, concluiu-se que as entrevistas de perfil humanizado<sup>7</sup> eram as mais indicadas para o caso, dadas suas características essenciais:

Ao contrário da espetacularização, a entrevista com finalidade de traçar um perfil humano não provoca gratuitamente, apenas para acentuar o grotesco, para "condenar a pessoa" (que estaria pré-condenada) ou para glamorizá-la sensacionalisticamente. Esta é uma entrevista aberta que mergulha no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, histórico de vida (MEDINA, 2001, p. 18).

A divisão de Medina indica ainda outro subgênero importante para o produto, que também ouviu especialistas e estudiosos da área da violência a fim de contextualizar o leitor sobre os fatos noticiados. Nesse caso, a autora sugere a entrevista conceitual, por meio da qual “o entrevistador busca bagagem informativa, põe sua curiosidade e espírito aberto a serviço de determinados conceitos que, reconhece, a fonte a ser entrevistada detém”. Para essa tarefa, o jornalista deve “procurar especialistas de várias correntes de informação e interpretação. No caso, está acima de tudo interessado em conceitos, não em comportamentos.” (MEDINA, 2001 p.16-17).

Embora bastante apropriado para ambos os casos, apenas o instrumento da entrevista não é suficiente para garantir a densidade informativa que caracteriza o livro-reportagem. Por isso, fez-se necessário lançar mão de outros métodos, resumidos por Canela:

Não é possível realizar um jornalismo de qualidade com foco neste tema [o jornalismo policial] sem, dentre outros elementos: a) investigar; b) ouvir fontes diversificadas e opiniões divergentes; c) entender as causas do problema em foco; d) salientar as conseqüências derivadas do status quo; e) apurar políticas em curso, aqui ou alhures, que se colocam como potenciais soluções para os problemas identificados; f) apresentar estatísticas; g) compreender o sistema jurídico (legislação e atores) e remeter-se a ele ao cobrir as temáticas; h) respeitar os direitos individuais das personagens envolvidas (CANELA, 2007, p.148-149).

O segundo aspecto apontado por Medina para a produção de livros-reportagem, lembrando, é o aspecto gráfico. O objetivo central desta etapa do trabalho é tornar o

---

<sup>7</sup> A divisão de Medina é feita a partir de Edgar Morin e classifica as entrevistas jornalísticas em dois grupos: de compreensão-aprofundamento, no qual, além da subcategoria utilizada, encaixam-se entrevista conceitual, entrevista/enquete, entrevista investigativa e confrontação-polemização; e de espetacularização, que abarca as seguintes subcategorias: perfil do pitoresco, perfil do inusitado, perfil da condenação e perfil da ironia “intelectualizada” (MEDINA, 2001).



produto visual e estilisticamente atraente para o leitor, para que, somadas ao interesse despertado pelos aspectos de conteúdo, tais características garantam ao livro-reportagem boa penetração junto ao público.

É interessante notar que parte do caminho que levou à consolidação deste objetivo já foi trilhada por meio das definições acerca da linguagem utilizada, o que ocorre porque a narrativa da obra também constitui um aspecto de estilo e estética.

Isso fica bastante claro e é explorado com intensidade no já estudado movimento do Novo Jornalismo, como esclarece Wolfe: “A reportagem realmente estilosa era algo com que ninguém sabia lidar, uma vez que ninguém costumava pensar que a reportagem tinha uma dimensão estética” (WOLFE, 2005, p. 22).

A parte restante dessa tarefa centra-se em aspectos visuais, com o uso de fotografias e o desenvolvimento do projeto gráfico. No caso das primeiras, é importante frisar que, além de garantirem interesse visual ao produto, elas foram utilizadas como suporte informativo. No caso do segundo, buscou-se uma harmonia com o conteúdo do livro.

O programa ético do produto, terceiro e último aspecto a ser considerado, se constituiu das diversas reflexões feitas ao longo deste trabalho, que apontaram as falhas e os respectivos caminhos para superá-las quando a imprensa coloca-se a retratar a violência urbana, com especial atenção ao caso dos jovens.

Como reforço, cabe sublinhar uma última premissa ética que norteou o livro-reportagem durante todo o seu processo de execução: o reconhecimento e a percepção da relatividade da realidade retratada:

Assumir a relatividade de qualquer visão e tentar, dentro desse limite, abarcar com o máximo de fidelidade possível a compreensão total da realidade – nas câmaras interpenetradas que se puder – surge como o novo desafio do jornalismo. A objetividade, marcada pelo seu ranço reducionista, deve ser substituída pela idéia de amplitude ordenada em que operam novos níveis de compreensão, balanceados pelo ajuste sistêmico entre o racional evoluído para um patamar superior e o emocional acionado para a identificação e projeção elucidadoras (LIMA, 2004, p. 102-103).

Acredita-se, assim, que a somatória das colocações feitas aliada a tais noções éticas deram formas concretas às teorias discutidas e originaram a ferramenta mais adequada possível para o cumprimento do objetivo proposto.



## 6 Descrição do Produto

O livro-reportagem é dividido em dois capítulos. O primeiro, repartido em três sub-capítulos (um para cada entrevistado), conta a história de Gabriel, Amanda e Arthur<sup>8</sup>, três adolescentes paranaenses que estiveram privados de liberdade entre 2007 e 2008. São narrados aspectos diversos da vida de cada um, como as condições socioeconômicas da família, as motivações para o delito cometido e a rotina respeitada nos Centros de Socioeducação (Cense) em que estiveram internados. As narrativas são enriquecidas com depoimentos de familiares dos jovens e de profissionais que atuam nos Censes. Cada sub-capítulo é encerrado com o lançamento de dúvidas sobre o futuro dos adolescentes do lado de fora dos Censes, já que os três estavam na iminência de deixar a reclusão.

O segundo capítulo, também dividido em três partes (novamente, um para cada entrevistado), trata justamente dos fatos ocorridos a partir do término da internação dos jovens. Todos têm rumos diferentes: um se mantém distante da criminalidade, outro sofre consideráveis ameaças para reincidir, e o terceiro, por fim, volta a cometer delitos e é novamente internado.

Assim, cada história permite o levantamento de questões inerentes à violência juvenil, como a redução da maioridade penal, a eficácia da medida socioeducativa de privação de liberdade e o papel do Estado na proteção das crianças e jovens do país. As discussões são enriquecidas com o depoimento de especialistas diversos, como o procurador-geral de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto; o jurista René Ariel Dotti; o sociólogo Pedro Bodê; e a secretária de Estado da Criança e da Juventude do Paraná, Thelma Alves de Oliveira.

Ao final dos textos, há um ensaio fotográfico produzido em 2007 pelo então acadêmico de Jornalismo da Universidade Positivo (UP), Gylherme Custódio. As fotos foram feitas em um dos três Censes visitados durante a reportagem e preservam a identidade dos jovens.

O livro foi diagramado pelo próprio autor no software Adobe PageMaker 7.0, em tamanho A5, o mesmo no qual foi impresso. Com 134 páginas, o produto tem prefácio do jornalista José Carlos Fernandes, repórter especial do jornal Gazeta do Povo, de Curitiba.

---

<sup>8</sup> Os nomes são fictícios, em respeito à seguinte deliberação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Qualquer notícia a respeito do fato [qualquer ato infracional] não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome” (BRASIL, 1990, Art. 143).



## **7 Considerações Finais**

O desenvolvimento deste trabalho permitiu o aprofundamento da compreensão da criminalidade juvenil, temática extremamente complexa e ainda envolta em muitos mitos.

Parte desse legado veio das reflexões feitas neste aporte teórico, bastante esclarecedoras, ao passo que outra importante porção decorreu do trabalho de campo feito pelo autor, que visitou três unidades de internação que recebem adolescentes em conflito com a lei. Foram, portanto, leituras e conversas extremamente enriquecedoras e que, em síntese, mostraram que o conjunto de motivações que atrai adolescentes para as vias criminais é muito mais denso do que análises simplistas, como as que comumente são feitas na imprensa, sugerem. Passam essencialmente pelo respeito aos direitos básicos garantidos a todas as crianças e jovens do país, algo que, no Brasil, ainda é incipiente.

Do ponto de vista jornalístico, o aprendizado também foi intenso, a começar pela oportunidade de avaliar o trabalho feito pela imprensa na cobertura de temas ligados à infância e adolescência, em especial a violência. Tais análises identificaram muitas falhas, mostrando que a abordagem jornalística é, muitas vezes, preconceituosa e superficial. Em consequência, esse exame permitiu uma compreensão mais abrangente do preparo que a função de comunicador social exige, sobretudo no trato de temas delicados e controversos. Algo essencial, pois, a um estudante da área.

Igualmente importante foi a tentativa de, por meio da produção de um livro-reportagem, romper com os problemas identificados. A elaboração de um trabalho do gênero exige muita dedicação e empenho, assim como gosto pelas mais corriqueiras funções da profissão, especialmente no caso da imprensa, como entrevistas e redação.

Assim, o trabalho permitiu não apenas o aprofundamento da visão do autor do livro sobre a temática trabalhada, como também possibilitou a extensão dessas reflexões ao leitor que por ventura tomar contato com o produto desenvolvido.



## Referências bibliográficas

ANDI – AGÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA; INSTITUTO AYRTON SENNA. *A mídia dos Jovens*. Brasília: 2001.

\_\_\_\_\_. Glossário. Sem Data. Disponível em: <[http://www.andi.org.br/noticias/templates/template\\_glossario.asp?articleid=773&zoneid=218](http://www.andi.org.br/noticias/templates/template_glossario.asp?articleid=773&zoneid=218)>. Acesso em: 13 de jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *Infância na mídia - a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira*. Brasília: 2005.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: 1990.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CANELA, Guilherme. *Pautas ausentes na cobertura da imprensa brasileira: o paradoxo Tostines*. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ: 2007.

DATASENADO. *Pesquisa de Opinião Pública Nacional - Violência no Brasil*. Brasília: 2007.

FERNANDES, Jose Carlos. *Faltam números sobre a reincidência de adolescentes em conflito com a lei*. Gazeta do Povo. Curitiba, 11.11.2007, Paraná, p.15.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, Carmen Silveira de. *O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003.



SANTOS, Daniella de Almeida; OLIVEIRA, Eliane Freire de. *A (des)caracterização do livro-reportagem em projetos experimentais de Jornalismo*. Anais do 27. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre-RS, 2004. São Paulo: Intercom, 2004.

WOLFE, Tom. *Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.